
JOGOS MUNDIAIS DOS POVOS INDÍGENAS (2015): DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES

WORLD INDIGENOUS GAMES (2015): SPEECHES AND REPRESENTATIONS

Caio Reina Lotufo¹

<https://orcid.org/0000-0002-7266-8240>

<http://lattes.cnpq.br/4480503044165624>

Recebido em: 31 de outubro de 2020

Aprovado: 17 de janeiro de 202

RESUMO: O presente artigo pretende verificar a correlação entre alguns acontecimentos políticos e movimentos históricos que envolvem a realização da primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em 2015 no Brasil. Este cruzamento, por sua vez, reverbera diretamente na produção dos discursos sobre este evento que evocam, de um lado, um debate constantemente reeditado acerca da função social das práticas esportivas, e de outro, a permanência de elementos de representação social sobre os povos indígenas.

Palavras-Chave: Jogos Indígenas; Megaeventos esportivos; Associativismo Étnico; Terena; História do Tempo Presente.

ABSTRACT: This article intends to relate some of the political events and historical movements that concern the first edition of the World Indigenous Games, that took place in Brazil (2015). These relations have a profound impact on the content of the speeches over the event, which evoke, on one hand, a constantly reedited debate on the social function of sports practices, and on the other, the maintenance of certain elements of social representation on indigenous peoples.

Key-Words: Indigenous games; global events; ethnic associativism; Terena; Present History.

INTRODUÇÃO

Entre 23 de outubro e 1º de novembro de 2015 o Brasil recebeu, na cidade de Palmas (Tocantins), a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI)², organizado pelo Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena (ITC) em parceria com o governo federal (através do hoje extinto Ministério do Esporte) e apoio da Organização das Nações Unidas para Cultura, Educação e Ciência (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) contando com a presença de mais de dois mil competidores que

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP). Graduado em História pela Universidade de São Paulo (2014). Professor de História no Ensino Fundamental II e Médio na Prefeitura Municipal de São Paulo. Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas da Universidade de São Paulo (LUDENS-USP). E-mail: caio.lotufo@usp.br.

² Este artigo é um desdobramento de minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP), intitulada “Esporte, Cultura, Política: Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015)”.

representavam vinte e quatro etnias nacionais e trinta delegações estrangeiras³.

No presente artigo, pretendemos delinear alguns movimentos históricos e acontecimentos recentes que envolvem a realização deste evento, a saber: a organização dos megaeventos esportivos no Brasil, a crise político-econômica concomitante que aponta para o esgotamento do lulismo e dos governos petistas após 13 anos a frente do governo federal (MARINGONI, 2017, p. 37 e 39) e a trajetória das associações e movimentos indígenas nas últimas décadas em escala nacional e internacional.

Este entrecruzamento, por sua vez, estimula o embate entre visões antagônicas sobre o significado da realização dos JMPI, que evocam, de um lado, um debate constantemente reeditado acerca da função social das práticas esportivas, especialmente em torno do futebol e de outro, a permanência de certos elementos de representação social sobre os povos indígenas. Assim, vamos contrapor o discurso institucional das principais lideranças do ITC, os irmãos Carlos Terena e Marcos Terena, aos pontos sintetizados no documento “I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas: Quem Ganha? Quem Perde?”, produzido e distribuído pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI)⁴ durante o evento, conectando-os com os processos descritos acima.

OS IRMÃOS TERENA E O ASSOCIATIVISMO ÉTNICO

Marcos e Carlos Terena são os criadores e responsáveis pela organização dos Jogos do Povos Indígenas (JPI's) a nível nacional, atualmente em sua décima segunda edição. Sua trajetória política se inicia no começo da década de 1980, nos estertores da ditadura militar, quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) concede bolsas de estudo e alojamentos para que jovens indígenas pudessem estudar em Brasília. A partir da convivência e dos laços formados entre estes jovens oriundos de diferentes aldeias e etnias, criou-se um time de futebol chamado UNIND – União das Nações Indígenas. (SANT'ANA, 2009, p.104). Em torno desta equipe, os jovens passam também a atuar politicamente na capital federal. Nas palavras de Marcos:

(...) esse que era um time de futebol chamado “União das Nações Indígenas”, virou um movimento político, porque nós já vínhamos fazendo a política, então virou um movimento político, aí a gente começou a falar dos direitos humanos, da liberdade, da democracia e tal, aí já agregamos outros valores dessa luta indígena (Marcos Terena, informação oral, apud SANT'ANA, 2009, p.10).

A despeito da desconfiança dos militares e da própria FUNAI, a UNIND começa a planejar a formação de uma associação, refletindo o “desejo de parte das mobilizações indígenas nacionais, a saber: de terem uma associação que pudesse representá-los em algumas instâncias e que congregasse bandeiras comuns” (SANT'ANA, 2009, p. 102). No entanto, a distância das aldeias e a falta de diálogo e apoio de suas lideranças locais (MATOS, 1997, p. 192), além de disputas familiares e políticas⁵, culminam na criação de outra associação indígena de mesmo

³ A lista completa das etnias nacionais e etnias que compunham as delegações internacionais encontra-se disponível em ROQUE, Lucas. Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Brasil, 2015: O importante é celebrar. Brasília. PNUD 2017.

⁴ Entidade vinculada à Congregação dos bispos do Brasil criada em 1972 para defesa e diálogo com as populações indígenas. Durante a semana do evento, agentes do CIMI entregavam panfletos para os frequentadores, disponíveis em português, inglês e espanhol.

⁵ Sant'ana (2009, P. 102) afirma que Domingos Terena, tio de Marcos foi um dos principais articuladores da UNI. Marcos

nome mas representada por outra sigla (UNI). A formação desta, com apoio de antropólogos como Darcy Ribeiro e do CIMI, leva a UNIND a abandonar o processo de formalização, que passa atuar apenas como movimento, embora Marcos continue a participar ativamente em ambas. Sant'ana (2009, p. 101) destaca a contribuição da etnia Terena “no campo do movimento e associativismo étnico, inaugurando um novo momento na relação entre indígenas e o Estado nacional, juntamente com os debates nacionais e internacionais”.

Este associativismo étnico, é impulsionado pela promulgação da Constituição de 1988⁶, no que tange a mobilização de lideranças indígenas em torno da defesa e ampliação de seus direitos, e principalmente na possibilidade de formalização de associações (SANT'ANA 2009, p.103), que podem adquirir o status de pessoa jurídica, tornando-se aptas a disputar, com independência da FUNAI, recursos governamentais e privados para financiar suas atividades e projetos de natureza diversa (ROCHA FERREIRA, 2011, p. 33).

Em conjunto com a explosão do número de novas associações, ocorre, em escala local e global, um entrelaçamento com o movimento ambientalista. A pauta indígena é também uma pauta ecológica, na medida em que atua

(..) não somente se mobilizando para defender rios ou florestas, contra as multinacionais petrolíferas e mineradoras, mas também propondo um modo de vida alternativo ao do capitalismo neoliberal globalizado (LOWY, 2020, P. 251).

Deste modo, a construção da imagem de guardiões do meio ambiente, lhes confere uma maior capacidade de publicizar suas lutas e ações. O movimento indígena, neste período, consolidou-se também como movimento internacional. A respeito, Ronald Niezen (2003) salienta que, o processo de encurtamento global, que produz a aceleração na circulação de ideias, pessoas e doenças, também provoca uma resistência à uniformização cultural. O crescente diálogo e intercâmbio entre estes povos, marcados por suas experiências coloniais e pós-coloniais, acaba por definir um conjunto de características e pautas em comum:

(...) compartilham a mesma forma econômica de subsistência, um território ou terra que é pré-datada a chegada dos colonizadores, um sistema espiritual que pré-data a chegada dos missionários, e uma língua que expressa tudo o que é importante e distingue um lugar no universo. Mais importante, eles compartilham a destruição e perda destas coisas. Suas marcas culturais ganham uma autoconsciência significativa quanto mais eles são diminuídos pelas forças externas. Eles também compartilham o compromisso de encontrar estabilidade e justiça restaurativa mesmo que isso signifique usar as próprias ferramentas de alfabetização e de direito que, por outro lado, são responsáveis pela opressão deles (NIEZEN, 2003, p.23 *apud* ROCHA FERREIRA, 2011, P. 30).

A criação de redes e associações de caráter multiétnico no plano global se constitui como uma das características essenciais do movimento indígena no final do século XX, construídas ou mantidas pela utilização das inovações tecnológicas de informática, transportes e comunicação (NIEZEN, 2007, p. 120).

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92),

chegou a ser eleito como presidente da nova associação, mas a eleição não foi reconhecida por seu tio e à antiga diretoria continuou no comando da UNI.

⁶ Artigos 231 e 232 (Capítulo VIII, BRASIL, 1988).

realizada no Rio de Janeiro, é um ponto de inflexão destes processos, especialmente, na trajetória de Marcos. Ao lado de seu irmão, idealiza e fica encarregado de projetar e gerenciar uma aldeia dentro do espaço destinado à conferência, onde serão recepcionadas e abrigadas as etnias estrangeiras convidadas para participação nos fóruns. Com este objetivo, funda, ao lado de outras lideranças indígenas como Eliane Potiguara e Itorri Karajá, o Comitê Intertribal - ITC (TERENA, M. depoimento oral, APUD SANT'ANA p. 112-113). Paralelamente a elaboração de documentos como a Agenda 21 e Convenção sobre a Diversidade Biológica pelos chefes de Estado, as lideranças indígenas produzem a Carta da Terra com 109 recomendações, e que seria posteriormente adotada pela própria ONU e por outras organizações como referência na garantia dos direitos destes povos e na defesa do meio ambiente (TERENA, depoimento oral, APUD SANTANA P 113).

Ao fortalecer relações com agentes governamentais, membros da ONU e lideranças indígenas internacionais, enquanto constituem uma organização multiétnica nacional, da qual são as figuras mais proeminentes, os irmãos Terena lançam as bases sobre as quais irão se erguer os JPI e JMPI.

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

Nos anos seguintes, Marcos e Carlos são convidados para assistirem aos Jogos Escolares Brasileiros (JEB's), realizados anualmente em grandes centros urbanos pelo Ministério do Esporte, então encabeçado por Pelé. Os irmãos propõem ao então ministro, que organize uma delegação indígena para participar desta competição, ideia que se concretiza nas edições seguintes. Começaram a idealizar então, o projeto de uma Olimpíada Indígena, cuja primeira edição ocorreu, após alguns testes, na cidade de Goiânia-GO em 1996, com o nome de Jogos dos Povos Indígenas.

O fortalecimento dessa relação institucional entre ITC e Ministério do Esporte deve ser entendido à luz de mudanças trazidas pelo texto constitucional de 1988, que aloca o esporte e o lazer como direitos fundamentais: e portanto como responsabilidade estatal⁷ (ATHAYDE, P. et al, 2016. p. 497). Nesse sentido, a entidade desloca a atuação do campo político-ambiental para o campo cultural esportivo, buscando a obtenção de recursos para promover estas garantias constitucionais aos povos indígenas, inclusive e principalmente através desta parceria com o Ministério do Esporte. O financiamento estatal permite a realização do evento ao arcar com os custos elevados com transporte, alimentação e principalmente com a organização da estrutura esportiva e social.

Consolidando-se enquanto projeto institucional com aportes financeiros regulares, os JPI's passam a ser realizados a cada dois anos de forma itinerante e a fomentar ou inspirar uma série de iniciativas similares, criando uma extensa rede de eventos locais, estaduais e regionais com maior ou menor enfoque em atividades esportivas ou culturais, dependendo da entidade estatal financiadora (ROCHA FERREIRA, 2011, P.34).

A VIABILIZAÇÃO DOS JMPI: ENTRE COPAS E CRISES

A trama política que viabiliza a realização da primeira edição dos JMPI no ano de 2015 deve ser compreendida, sobretudo, em conjunto com a realização dos dois megaeventos esportivos

⁷ Artigo 217 da CF de 1988.

de maior relevância no planeta em solo brasileiro: a Copa do Mundo de futebol masculino (2014) os Jogos Olímpicos (2016). Mascarenhas, define-os sumariamente como

(...) um conjunto de competições periódicas de âmbito planetário, geralmente quadrienais, que vêm apresentando há décadas crescimento constante e elevada capacidade de impactar as cidades onde são realizados, implicando a articulação de complexo concerto logístico e ampla coalizão política. (MASCARENHAS, 2015, P 8,.)

Campos (2017, p. 241), afirma que durante os governos petistas (2003-2016) “a agenda esportiva entrelaçou-se à agenda política num jogo de múltiplas e recíprocas ressignificações”. Quando o Comitê Olímpico Internacional (COI) anuncia o Brasil como sede das Jogos Olímpicos de 2016⁸, houveram estrepitosas comemorações, rapidamente transformadas em propaganda pelo governo com promessas da construção de um robusto legado social, advindo sobretudo da melhoria da infraestrutura urbana dos grandes centros brasileiros selecionados como cidades-sede, em especial da cidade do Rio de Janeiro. Para a grande mídia, a realização dos megaeventos colocava à prova a capacidade organizativa do país e até mesmo a possibilidade de sua consolidação como potência mundial. (IDEM, p. 244)

A preparação para os referidos eventos, incluía, é claro, investimentos no campo esportivo: no Plano Nacional de Esporte e Lazer (2010) o slogan “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais” planejava elevar o país ao rol das grandes potências esportivas internacionais, elevando as dotações orçamentárias da pasta de esportes. Para adequar ou construir novas instalações, o governo disponibilizou crédito farto e barato via BNDES para as grandes construtoras, inaugurando a era das arenas esportivas. (IBIDEM P. 243-244).

Paulatinamente, “os gastos exorbitantes, as intervenções urbanas, o estímulo à especulação imobiliária, as desapropriações de habitações populares, às remoções de comunidades (...) começam a elevar a temperatura das contestações sociais” (IBIDEM P. 244). Em 2013, as Jornadas de Junho contra o aumento do preço das passagens no transporte público, começam a minar os índices de aprovação do governo Dilma Rousseff. O movimento cresce, incorporando uma série de demandas sociais como saúde, educação e combate à corrupção, questionando a própria realização dos megaeventos esportivos, desprestigiados pelos seus investimentos altíssimos, a falta de participação social e a subordinação às exigências das entidades organizadoras (COI e FIFA).

Durante a realização da Copa das Confederações de 2013, dentro dos estádios, Dilma Rousseff foi vaiada pelo público presente, majoritariamente constituído pela classe média alta, que podia arcar com os elevados preços dos ingressos. Nas ruas, a presidente foi contestada por “antigas bandeiras de movimentos sociais, arriadas nos últimos 12 anos em nome da governabilidade e do presidencialismo de coalizão”. (IBIDEM, P. 21) É nessa conjuntura conturbada, que o ministro dos esportes Aldo Rebelo declara⁹, durante a realização dos XII Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá, que o Brasil sediará mais um grande evento esportivo: a primeira edição dos JMPI no ano de 2015.

Nos anos seguintes, a crise foi catalisada, especialmente, com a realização da Copa do

⁸ Políticos do Brasil comemoram vitória do Rio como sede das Olimpíadas de 2016. Jornal Extra, 2 de outubro de 2009. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/politicos-do-brasil-comemoram-vitoria-do-rio-como-sede-das-olimpiadas-de-2016-343075.html>> Acesso em 10 de outubro de 2020.

⁹ Disponível em <https://www.justica.gov.br/news/brasil-ira-sediar-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas-em-2015> acesso em 10/10/2020.

Mundo de Futebol. Em virtude das denúncias de esquemas de corrupção envolvendo o alto escalão governista, fruto dos desdobramentos e midiaticização da operação Lava-Jato, setores de direita começam a elevar o tom das críticas ao governo, expressas nas palavras de baixão calão direcionadas à presidente, por exemplo, no jogo de abertura entre Brasil e Croácia¹⁰. Por outro lado, alguns movimentos à esquerda passaram a utilizar a temerária expressão “Não vai ter Copa!”, recuperando certas definições por muito tempo dominantes neste campo político que “desconsideram o futebol como um ingrediente da cultura das classes subalternas das sociedades contemporâneas e o compreendem como ingrediente de alienação social” (IDEM). Nas palavras de Campos:

(..) mais uma vez, o futebol expressou dilemas da sociedade brasileira dramatizando seus conflitos e permitindo a canalização real e simbólica dos interesses sociais por meio dos interesses e visões de suas classes sociais por meio de narrativas individuais e coletivas”. (CAMPOS, 2017, p. 246)

O desfecho do mundial, com uma derrota pelo trágico placar de 7x1 frente ao selecionado alemão no estádio do Mineirão, antecipava que o período de turbulência política não seria passageiro.

DISCURSOS EM JOGO: ENTRE O TUTELISMO E A LEGITIMAÇÃO

No caso dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, novamente a “alienação social” é quem dá a tônica dos discursos contrários a sua realização. O caso do panfleto distribuído pelo CIMI, intitulado “I JMPI, Quem ganha? Quem Perde?” é paradigmático. Seu principal objetivo é alertar os leitores para o perigo de aprovação da tramitação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215 que transferiria ao Congresso Nacional a prerrogativa de demarcação de terras indígenas. Segundo o documento, os Jogos seriam uma espécie de distração criada pelo poder executivo para encobrir a desaceleração dos procedimentos administrativos para demarcação de terras indígenas e aprovar o projeto, privilegiando os interesses do agronegócio e de segmentos que historicamente combateram e atacaram estas populações (BUZATTO, 2017, p. 249). Segundo o documento:

estes jogos, que reúnem povos de todo mundo, com suas belezas características e incomuns, divulgado, pelos governos e pela mídia, como um acontecimento que valoriza os povos e suas culturas, funciona, na realidade, como uma máscara que esconde a verdadeira e trágica realidade da vida destes povos no Brasil – que não é, de fato, democrático, e não respeita os direitos constitucionais de seus povos originários. É a antiga estratégia de dar “**circo ao povo**”, **de modo que esse povo esqueça suas mazelas, inclusive, em muitos casos a própria falta do pão**.¹¹

Ópio, religião ou circo, são metáforas constantemente utilizadas por militantes e teóricos de variados matizes para se referir ao futebol ou outras atividades esportivas, identificando nestas o propósito de distrair determinada classe ou movimento do seu destino, desviando seu

¹⁰ <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-xingada-por-torcedores-no-itaquero-12827861> acesso em 10/10/2020.

¹¹ CIMI, 2015, Jogos dos Povos Indígenas, Quem Ganha ? Quem Perde? Disponível em https://cimi.org.br/pub/Jogos%20Mundiais%20Indigenas/Folder%20I%20JMPI_final.pdf (acesso em 27/10/2020)

tempo livre e energia para uma atividade frívola ao invés de canalizá-los para o que realmente importa, no caso: as demandas sociais do movimento indígena, especialmente a luta pelo direito à terra e demarcação.

O panfleto também vai elencar uma série de problemas específicos com relação ao formato dos Jogos, vejamos dois deles:

Folclorização – jogos e atividades tradicionais, que compõem a própria organização social, realizados fora do território indígena, para exibição, sempre carregam em si a ameaça de uma transformação da própria cultura em folclore e a reafirmação da condição de que os indígenas são “exóticos”;

Capitalização – brincadeiras, atividades lúdicas e jogos tradicionais, alguns realizados dentro de rituais sagrados, são desvinculados dos seus propósitos originais e inseridos em um ambiente de competição vinculada à comercialização, característica do sistema capitalista; Longe de ser prioridade – a realização dos Jogos Mundiais não é uma demanda do movimento indígena e nem está vinculada a ele (CIMI, 2015).¹²

Sobre o primeiro ponto, Fassheber et al. coloca a questão por outro viés: a midiaticização e a importância de realizar os jogos em ambientes urbanos, são interpretadas não como ameaça, mas como estratégia “ Por um lado, grupo indígenas vêm, sem contestar, sua experiência se tornar espetáculo midiático, por outro, assim o fazem, pois sabem do poder que a mídia exerce de torná-los visíveis para a sociedade” (FASSHEBER et al, 2008, p.5). Marcos Terena enfatiza este caráter: “tem que ser um sistema educativo, tanto para o índio quanto para as instituições do governo”¹³.

Sobre o segundo ponto, uma interpretação corrente dentro da educação física, demarca um movimento de esportivização (ALMEIDA, 2011), ou seja, da transformação dos jogos tradicionais indígenas em esportes, dada sua crescente espetacularização e dotação de sentido competitivo. Esta visão, projeta o processo civilizador europeu descrito por Elias e Dunning (1992) para as populações indígenas contemporâneas.

Um dos sintomas da transição para a modernidade naquele continente, seria justamente a transformação e regramentos dos jogos em esportes, entendidos como um mecanismo controlado para extravasar emoções: “ O desporto permite às pessoas à experiência da excitação total de uma luta sem seus perigos e riscos” (ELIAS E DUNNING, 1992, p.80-81). O movimento de transformação dos seus jogos e práticas corporais tradicionais em esportes e a penetração de esportes ocidentais (no caso o futebol) no contato entre indígenas e não indígenas expressaria tão somente um processo de ocidentalização (FASSHEBER, 2006, p.86), e, portanto estaria associado a destruição do seu modo de vida.

A interpretação do CIMI parece se aproximar desta última e novamente em direção oposta ao discurso dos organizadores. Carlos Terena, aponta que na primeira edição dos Jogos dos Povos Indígenas “ todos os participantes queriam só jogar bola (...) mesmo assim fomos reeducando nossos parentes a pensar e praticar o que eles tinham em suas tradições”¹⁴. O resgate

¹² CIMI, 2015, Jogos dos Povos Indígenas, Quem Ganha ? Quem Perde? Disponível em https://cimi.org.br/pub/Jogos%20Mundiais%20Indigenas/Folder%20I%20JMPI_final.pdf (acesso em 27/10/2020).

¹³ Entrevista de Marcos Terena ao PNUD. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2015/08/07/-a-medalha-para-os-povos-indigenas-nos-jogos-ser-o-direito-de-viver-com-qualidade-.html> acesso em 28/10/2020.

¹⁴ TERENA, C.J. Entrevista concedida à Diana Vicente Ruiz, LABJOR/UNICAMP em 31/08/2009. In CAMARGO, V. ROCHA FERREIRA, M.B., VON SIMSON, O. Jogo, celebração, memória e identidade: reconstrução da trajetória de

e a valorização das tradições emergem, então, como um valor fundamental a ser difundido e restaurado pelos jogos: “na prática conseguimos resgatar em muitos povos, seus usos e costumes tradicionais que já estavam esquecidos, através dos jogos, bem como sua autoestima.”¹⁵.

Embora apresente questões fundamentais envolvendo a política indigenista nos governos petistas e represente legitimamente os interesses das populações indígenas, o órgão indigenista o faz evocando certos elementos de representação social sobre os povos indígenas sedimentados desde tempos coloniais. Em primeiro lugar, ao participar dos Jogos os indígenas são incapazes de perceber os malefícios que o governo comete com a sua população. Esta visão, em última instância, confere aos próprios órgãos indigenistas, públicos ou não, uma necessidade tuteladora sobre estes povos, inaptos a gerenciar os seus projetos frente ao poder público, que os teria ludibriado. Limberti (2012, p. 163) afirma que:

Essa “incapacidade” atribuída aos índios foi altamente conveniente, pois legitimou uma série de medidas em relação a eles, as quais outorgaram, em seu conjunto, amplos poderes, aos não índios, de deliberarem sobre o que era bom ou não nós e para os índios, certamente considerando o que era bom ou não para eles próprios.

Lembremos, pois, da interrupção de provas de corrida na arena principal do evento por um grupo de indígenas que protestavam contra a aprovação da proposta de referida emenda, utilizando, portanto, a visibilidade midiática conferida pelos Jogos para a expressão de suas demandas. A este respeito, devemos acrescentar também que, além dos espaços destinados às práticas esportivas, os JPI's envolvem paralelamente a organização de fóruns sociais, destinados a realização de palestras e debates com indígenas e não indígenas sobre os próprios jogos, mas também sobre educação, ecologia, saúde, tecnologia e etc (ROCHA FERREIRA, 2011, P. 34).

Outras imagens igualmente perigosas e extremamente difundidas sobre os povos indígenas que tomam forma a partir das críticas presentes nos panfletos são a de vítima e a de povo sem História, que não reflete nem registra as mudanças em sua sociedade. Sobre ambas, Viveiros de Castro comenta que:

a consequente maior vitimização das populações indígenas pode caucionar uma visão degeneracionista dos grupos atuais, que lhes nega qualquer capacidade de autodeterminação histórica e, no limite, pode desembocar na absurda conclusão (que nenhum de nós subscreveria, mas aos índios não faltam inimigos poderosos) de que as sociedades contemporâneas, sendo não-representativas da plenitude original, seriam descartáveis, isto é, podem ser assimiladas a sociedade nacional sem maiores perdas para a humanidade. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, P. 340-341).

Vítimas ou incapazes, os povos indígenas são representados, desde os tempos coloniais, como impossibilitados de travarem sua própria luta, à sua maneira, entre retrocessos e avanços, com suas próprias estratégias de sobrevivência. São colocados à margem ou como meros coadjuvantes da transformação histórica, cuja marcha linear em direção ao progresso parece inevitavelmente apontar para sua assimilação completa e integração na sociedade capitalista ocidental.

criação, implementação e difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996- 2009) / organizadoras:. – Campinas, SP : Curt Nimuendajú, 2011.

¹⁵ IDEM.

CONCLUSÃO

Ao descrever e conectar diferentes processos envolvidos na realização dos JMPI, procuramos recuperar a ideia de agência indígena, de certa maneira turvada pelo turbilhão de acontecimentos políticos que marcaram o esgotamento dos governos petistas naquele momento. Evidenciamos, portanto, a importância da trajetória dos irmãos Terena e das novas configurações e rearranjos possibilitados dentro deste movimento social, entendido na sua complexidade como

um fenômeno que abarca uma multiplicidade de ações, envolvimento, articulações, objetivos e direcionamentos, locais, nacionais e internacionais, dados, também, pelas especificidades de cada etnia, pelas relações particulares destas com o Estado, com as agências de apoio, pela inserção maior ou menor no contexto da sociedade nacional, entre tantas outras particularidades. Não deve ser pensado como algo unívoco ou linear, mas sim como movimentos repletos de fluxos e refluxos, cujos contextos vivenciados influenciam nos impactos e resultados diferenciados (SANT'ANA, 2010, p. 20).

A recuperação de jogos e costumes tradicionais, o processo de transformação dos jogos tradicionais em esportes, ou de ressignificação de esportes ocidentais descritos pela literatura disponível, apontam, de diferentes maneiras, para a mesma direção:

(..) as sociedades indígenas se transformam no tempo e isso significa também que possuem um modo específico de pensar essas transformações, ou seja, elas não são apenas objetos da transformação, mas sobretudo sujeitos ou agentes (STUTZMAN, 2012, p.108)

Trata-se também, de reconhecer nesta empreitada tal como a cosmopolítica, uma versão atual do que Latour chamou de “diplomacia”, entendida como “a negociação sempre precária de mundos comuns coletivos que vivem em mundo socionaturais distintos” (LATOUR *apud* NAVARRETE LINARES, 2020). Em outras palavras, aquilo que Bhabha definiu como

entre-lugares – a sobreposição e o deslocamento de esferas da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nacionalidade, interesse comunitário, e valor cultural são negociados. [...] A representação da diferença não deve ser lida de forma apressada como o reflexo de um conjunto de características étnicas ou culturais preestabelecidas dentro de uma tradição. A articulação social da diferença, desde uma perspectiva minoritária, é uma negociação complexa e contínua que tenta autorizar hibrididades culturais que surgem no momento de transformações históricas (BHABHA, 1998, p. 2).

Entre jogo e esporte, entre futuro e passado, entre a tradição e a transformação, entre local e global, entre visibilidade e espetacularização, entre alienação e participação: procuramos demonstrar neste artigo que os processos que envolvem a realização dos JMPI expressam os dilemas e desafios do movimento indígena no Brasil e no mundo nos dias de hoje, criando essa região fronteira e de difícil definição bem descrita por Bhabha. Na tentativa de descrevê-la ou interpretá-la se produzem discursos e se cristalizam imagens muitas vezes pela ação midiática ou por outros atores como o próprio CIMI: o índio ingênuo, o índio incapaz, o índio que busca se integrar à sociedade não indígena a qualquer custo.

É preciso escapar desses reducionismos, compreendendo a constituição dos JPI's e JMPI's

dentro da lógica da garantia e ampliação dos direitos de cidadania da população indígena na sua totalidade, na qual o direito ao esporte é mais uma das frentes de batalha, mesmo não sendo a única ou a mais importante. É também uma expressão do contato de longa duração com a sociedade não indígena, , onde o jogar, o brincar, o celebrar, o competir, se tornam, então, ações concretas que carregam o desejo de afirmar sua própria identidade e tradição, ao mesmo tempo que incorporam novos valores e expectativas das sociedades indígenas contemporâneas, enfim, exprimem e demonstram, a sua transformação enquanto sujeitos de sua própria história.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Arthur José Medeiros de. **Esporte e cultura : esportivização de práticas corporais nos jogos dos povos indígenas**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.
- ATHAYDE, P. et al. **O esporte como direito a cidadania**. In: Pensar a Prática , Goiânia, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016 pp. 490-501.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. E. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BUZATTO, C. **Os povos indígenas nos governos liderados pelo PT**. in MARINGONI, G. e MEDEIROS, J. (orgs.), Cinco mil dias. O Brasil na era do lulismo. São Paulo: Lauro Campos/Boitempo, 2017.
- CAMARGO, W. X. de. **Jogos Mundiais Indígenas e as políticas de representatividade**. Ludopédio, São Paulo, v. 100, n. 29, 2017. Disponível em: <<https://www.ludopedio.com.br/arquivancada/jogos-mundiais-indigenas/>>. Acesso em 01 de outubro de 2020.
- CAMPOS, F. de. **“O lulismo em campo: aspectos da relação entre esportes e política no Brasil”**, in MARINGONI, G. e MEDEIROS, J. (orgs.), Cinco mil dias. O Brasil na era do lulismo. São Paulo: Lauro Campos/Boitempo, 2017.
- ELIAS, N. e DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- FASSHEBER, J. R. M. **Etno-desporto indígena. Contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang**. 2006. Dissertação (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2006.
- FASSHEBER, J. R. M.; FREITAG, L.C.; ROCHA FERREIRA, M.B. **“Jogos dos povos indígenas: um ‘lugar’ de negociações sociais”**. CD Rom – Associação Brasileira de Antropologia GT 34. Povos indígenas: dinâmica territorial e contextos urbanos. Porto Seguro: junho de 2008.
- LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **A imagem do índio: discursos e representações**. Dourados: Editora UFGD, 2012.
- LOWY, M. **As lutas ecossociais dos indígenas**. In: Coleção história do tempo presente: volume 3 / Tiago Siqueira Reis. [et al.] Organizadores. Boa Vista : Editora da UFRR, 2020.
- MASCARENHAS, G. **Introdução**. SANTOS JÚNIOR, O. et al. **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers/Observatório das Metrópoles, 2015.
- MATOS, M. H. O. **O processo de criação e consolidação do movimento Pan-Indígena no Brasil (1970-1980)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia da UnB (DAN), Brasília, 1997.
- NAVARRETE LINARES, Federico, **“Hacia una cosmohistoria: las historias indígenas**

más allá de la monohistoria occidental”. In ZERMENO, G; SIMSOM; I La historiografía en tiempos globales, Guillermo Zermeño y Ingrid Kummels. Berlim: Edition Tranvía, Verlag Walter Frey, 2020.

NIEZEN, R. **Recognizing Indigenism: Canadian Unity and the International Movement of Indigenous Peoples. Comparative Studies**. In: Society and History, 42:1, p. 119-148, jan,2000. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0010-4175%28200001%2942%3A1%3C119%3ARICUAT%3E2.0.CO%3B2-9>>. Acesso em: 15 de outubro de 2020

ROCHA FERREIRA, M. B. **Jogos dos Povos Indígenas: Identidades e Figurações**. In: CAMARGO, V. et al. (orgs.) .Jogo, celebração, memória e identidade: reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996- 2009). Campinas: Curt Nimuendajú, 2011.

SANT’ANA, Graziella. **História, espaços, ações e símbolos das Associações Indígenas Terena**. 2009. Dissertação (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SZTUTMAN, R. **O Profeta e o Principal: A Ação Política Ameríndia e Seus Personagens**, São Paulo: EDUSP, 2012.

TERENA, C.J. **Entrevista concedida à Diana Vicente Ruiz**, LABJOR/UNICAMP em 31/08/2009. In: CAMARGO, V. et al. (orgs.) .Jogo, celebração, memória e identidade: reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996- 2009). Campinas: Curt Nimuendajú, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Imagens da Natureza e Sociedade**. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Sites consultados:

Para indígenas, jogos mundiais ajudaram a unir etnias brasileiras contra PEC 215. **Agência Brasil**, 27 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/para-indigenas-jogos-mundiais-ajudaram-unir-etnias-brasileiras>> Acesso em 15 de outubro de 2020.

“A medalha para os povos indígenas nos jogos será o direito de viver com qualidade”. **PNUD Brasil**, 7 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2015/08/07/-a-medalha-para-os-povos-indigenas-nos-jogos-ser-o-direito-de-viver-com-qualidade-.html>> Acesso em 28 de outubro de 2020.

I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas: Quem ganha? Quem perde ? **CIMI**, novembro de 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/pub/Jogos%20Mundiais%20Indigenas/Folder%20I%20JMPI_final.pdf> Acesso em 27/10/2020.

Dilma é xingada por torcedores no Itaquerao. **O Globo**, 12 de junho de 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-xingada-por-torcedores-no-itaquerao-12827861>> Acesso em 10 de outubro de 2020.

Brasil irá sediar Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Ministério da Justiça, 13 de novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/brasil-ira-sediar-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas-em-2015>> Acesso em 10 de outubro de 2020.

Políticos do Brasil comemoram vitória do Rio como sede das Olimpíadas de 2016. Jornal Extra, 2 de outubro de 2009. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/politicos-do-brasil-comemoram-vitoria-do-rio-como-sede-das-olimpiadas-de-2016-343075.html>> Acesso em 10 de outubro de 2020.